



FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE GESTÃO DE PESSOAS ANDIFES

Às 9h30 do dia 15 de abril de 2019 foi dada abertura dos trabalhos do 18º Pleno do Forgepe nas dependências da Andifes pelo Coordenador Nacional que preside o encontro, Pró-Reitor da UFRGS, Maurício Viegas, com a mesa composta pelos respectivos membros da coordenação nacional. Após a saudação inicial aos presentes, o Coordenador Nacional franqueou uma breve apresentação dos novos pró-reitores. Na sequência, a palavra foi direcionada para a equipe do MEC, Webster Spiegel e Eduardo Batista, que ministra treinamento sobre o preenchimento da Portaria 109, abordando cargos ocupados e estimativas de provimentos, tanto para as carreiras do magistério superior, EBTT e TAEs. Webster destacou que até 26 de abril de 2019, as IFES deverão enviar informações dos concursos de TAEs em andamento, visto que serão compilados e encaminhados ao Ministério da Economia. O prazo para o envio das informações referentes a Portaria 109 vai até o dia 30 de abril de 2019. Após a apresentação, franqueada a palavra, frisasse o registro do apelo dos pró-reitores ao MEC sobre a necessidade de parceria e convergência política para atuar junto com o Ministério da Economia visando atuar contra o desmonte, em especial, que se observa no que se refere aos cargos do PCCTAE, em que pese a extinção de cargos desatualizados, se apresenta a necessidade de reposição em áreas não previstas e, em acréscimo, já se verifica a extinção de cargos D e E. Os trabalhos foram encerrados na manhã com previsão de retorno às 14h. O reinício das atividades ocorreu no horário previsto pelo coordenador nacional, e a palavra foi repassada à Pró-Reitora Mirian dos Santos, a qual iniciou apresentação sobre o Decreto 9739/2019 (Apresentação 1), que estabelece medidas de eficiência organizacional para o aprimoramento da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, estabelece normas sobre concursos públicos e dispõe sobre o Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal (SIORG). E, depois, Pró-Reitor Everton da Silveira apresentou análise sobre o Decreto 9725/2019 (Apresentação 2 - Extingue cargos em comissão e funções de confiança e limita a ocupação, a concessão ou a utilização de gratificações). Após as apresentações, iniciou discussão sobre a conjuntura e vários tópicos foram suscitados: o QRSTA não foi extinto, logo, só há que se falar em autorizações para provimento daquilo que exceder o QRSTA; o processo de “modernização da APF” iniciou no final do segundo mandato do ex-presidente Lula, o qual foi acelerado em muito a partir de 2016; existem estruturas que já passaram ou estão mais avançadas no processo de “modernização”, como INSS ou Receita Federal, e que já sofreram ou superaram discussões como as que se faz atualmente no Forgepe; a dificuldade em se ter interlocutor que atue na própria defesa da educação, para além das próprias instituições, visto que o papel do MEC é subserviente ao Ministério da Economia; a antítese de um projeto de universidade está no governo e como fazer encaminhamentos, mesmo construídos, quando o projeto é oposto àquilo que os gestores universitários defendem; a estratégia de utilizar a área de gestão de pessoas para “sufocar” as universidades é injusto; fazer encaminhamentos que sejam mais coletivos podem prover mais força para levar algumas demandas adiante; demonstrar que existe eficiência na universidade e que o levantamento dos últimos cinco anos pode ser feito de forma rápida visando qualificar o

argumento da necessidade; a importância de identificar mais interlocutores adequados, conjuntamente à Andifes, para que as demandas do Forgepe reverberem junto ao Ministério da Economia. Fez-se uma pausa para café e os trabalhos reiniciaram com a apresentação do Pró-Reitor Vitor sobre o ENDP, o qual apresentou a programação e convidou o Pleno a participar e, mesmo, realizar um encontro nacional na ocasião do ENDP no Pará. Depois, a Pró-Reitora Mirian dos Santos utilizou do espaço para retomar a discussão acerca do Decreto 9739/2019 e se propôs a criação de um Grupo de Trabalho para discutir a aplicação do Decreto nas universidades. Tal grupo foi composto por representantes das seguintes instituições: Jeferson Sarmiento (UnB), Beth (UFT), Rita (UFOP), Beth (Unirio), Deivyson (UFPB), Maurício (UFRGS), Vagner (UFRB), Keliane (UFersa), Mirian (UFRN), Sonia (UFPE), Wanusa (UFAM) e Patricia (UFRPE). Quanto à pauta da participação do Forgepe no ENDP, foi votado que o Forgepe participará do ENDP. Às 18h00 o coordenador nacional fez o encerramento das atividades do primeiro dia do 18º Pleno.

Às 9h30 do dia 16 de abril de 2019 foi reiniciado o trabalho referente ao segundo dia do Pleno. Após preliminares, com a presença da Diretora de Provimento e Movimentação, Dra. Neleide Abila, teve início discussão acerca dos impactos do Decreto 9725/2019 e 9739/2019. A convidada apresentou que tem havido conversas com o MEC de forma que se mantém os acordos estabelecidos para este ano no que tange às demandas para este ano. No entanto, o Decreto 9739/2019 e seus impactos para a LOA 2020 merecem atenção e gestão do banco pelo MEC e IFES. Ainda, a convidada mencionou que o dimensionamento será realizado em nível nacional a partir da capacitação e disponibilização de sistema informatizado para a aplicação da metodologia preestabelecida. A Sra. Neleide informou que o trabalho realizado na UFMS e UFC não pode ser considerado piloto, e sim, trabalho de customização e preliminar visando a parametrização do modelo de dimensionamento. A Sra. Neleide argumentou que é momento de construir nova relação com a nova configuração da equipe do MEC. A Sra. Neleide propôs um encontro do Forgepe com a equipe técnica do Dimensionamento das IFES, a qual foi bem recebida pelo Pleno. Após, em nível de análise de conjuntura, a palavra foi aberta ao Pleno. Entre as intervenções, manifestou-se que os rumos à gestão de pessoas, que serão mantidos pelo atual governo se dão no sentido da falta de apoio às universidades e a falta de diálogo entre o MEC e Ministério da Economia, em que pese as manifestações do Forgepe e Andifes, desfavorecem a construção de políticas convergentes em prol da educação superior e que os decretos, oriundos do Ministério da Economia, de fato desestabilizam a gestão das universidades federais. Encaminhamentos: produção dos documentos sobre Decreto 9725/2019 e 9739/2019 e, em relação, aquilo que é importante que o Coordenador Nacional comunique à Andifes por oportunidade da reunião desse Fórum. Deliberou-se que a próxima reunião do Pleno fica para agosto, conjuntamente com o ENDP, mas que se houver fatos que justifiquem reunião antes daquela data, fica a critério do Pleno convocar. Em vias de encerramento das atividades do 18º Pleno, o Pró-reitor Maurício agradeceu a presença de todos e declarou encerrado o encontro.